



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Escola do Poder Judiciário

EDITAL Nº 145/2024

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

O Desembargador **Roberto Barros**, Vice-diretor da Escola do Poder Judiciário – ESJUD, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação pertinente, faz saber pelo presente Edital que as inscrições estarão abertas para o "**I Seminário Estadual de Medidas Socioeducativas do Acre**", conforme as regras determinadas a seguir.

1. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Ação Educacional: I Seminário Estadual de Medidas Socioeducativas do Acre.

1.2. Modalidade: Presencial.

1.3. Carga horária total do evento: 12 horas-aula (distribuídas conforme a programação abaixo, item 1.10).

1.4. Realização: 18 e 19 de novembro de 2024:

18/11 - 7h30 às 14h30 - horário do Acre

19/11 - 8h às 14h00 - horário do Acre.

1.5. Local de realização: Auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Acre – Com transmissão pelo *Google Meet*.

1.6. Inscrições: 6 a 13 de novembro de 2024.

1.7. Será considerado(a) REPROVADO(A) o(a) aluno(a) que NÃO obtiver 75% de frequência no seminário.

1.8. GAR: Para os servidores do TJAC, o curso está em consonância com os normativos que fixam indicadores para a concessão da GAR, por ser uma ação educacional promovida pela ESJUD.

1.9. Formadoras(es):

Edinaldo César Santos Junior – Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (2022-), com atuação na área da infância e juventude (ênfase no socioeducativo e primeira infância), além de equidade racial. Doutorando e Mestre em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP (2013) Especialista em Direitos Humanos pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (2001). Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. Defensor Público do Estado da Bahia (2000-2005). Professor de Questões Raciais nos Cursos de Formação Inicial e Continuada da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Foi Membro do Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destinado à elaboração de estudos e indicação de soluções com vistas à formulação de políticas judiciárias sobre a Igualdade Racial no âmbito do Poder Judiciário (2021) e do Grupo de Trabalho com vistas à formulação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero (2021). Coidealizador do ENAJUN - Encontro Nacional das Juízas e Juizes Negros. Prêmio Direitos Humanos 2009 da Presidência da República - Categoria: Enfrentamento à Tortura. Prêmio Desafio Lideranças Públicas Negras 2021 pelo ENAJUN/FONAJURD. Membro do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT (2014-2016). Membro do Comitê de Equidade de Gênero e Raça do Tribunal de Justiça de Sergipe (2021-2022). 1 estagiário brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos em San José da Costa Rica (2001 - 2002).

Ana Carla Costa Rocha – Coordenadora Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, Trabalho Infantil, Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Graduada em Serviço Social pela PUC MG, possui especializações em Gestão de Pessoas, Neuropsicologia e Psicologia Cognitivo-Comportamental, e em fase de finalização da graduação em Psicologia. Estudou Bioética na Universidade del Museo Social Argentino, em Buenos Aires, com foco em violência contra crianças e adolescentes. Representa o MDS na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), na Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), na Comissão Nacional para a Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONTRAP) e no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT). Representa o Brasil na Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres do Trabalho Infantil. Possui experiência na formulação e implementação de políticas públicas e programas intersetoriais voltados à proteção de populações vulneráveis, com ênfase em crianças e adolescentes, além de experiência acadêmica com publicações e apresentações em eventos técnicos e científicos.

Mayara Souza – Mestre em Direito pela Universidade de Brasília com interesses nas áreas de Direitos Humanos e Crianças e Adolescentes, Sistema Socioeducativo, Justiça Racial, Racismo e Gênero. Especialista em Gestão Pública pelo Insper. Especialista em Legislativo e Democracia pela Escola do Parlamento de São Paulo. Foi liderança da primeira edição do Programa Marielle Franco de Aceleração do Desenvolvimento de no Brasil Lideranças Femininas Negras pelo Fundo Baobá. Foi Conselheira Municipal do CMDCA/SP. Foi coordenado do projeto Justiça Juvenil no Instituto Alana. Uma das idealizadora da Coalizão pela Socioeducação. Foi Assistente Técnica do Eixo 2 – Sistema Socioeducativo no programa Fazendo Justiça/CNJ/DMF. Criadora do projeto @sonhealtopretinha. Atualmente ocupa o cargo de Coordenadora Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo na Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Fábio Alexandre Costa de Farias – Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Juiz Eleitoral da Terceira Zona do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre. Membro do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Acre. Vice Presidente e Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Acre - Biênio 2021/2023. Formador da Escola do Poder Judiciário do Estado do Acre. Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Mestre em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro). Pós-Graduado "Lato Sensu" em Direito Penal Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e pelo Instituto Europeu de Direito Penal Econômico. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Jone Clei Sousa Rodrigues - Delegado da Polícia Civil do Estado do Amazonas. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade Estadual do Amazonas. Especialista em Direito Penal e Processo Pena pela Escola Batista do Amazonas (ESBAM). Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Violência no Amazonas da Universidade Estadual do Amazonas (GIEV/UEA). Vice-Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Amazonas (SINDEPOL).

Dulcinéia Silva – Assistente Social, Coordenadora Geral do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte/PPCAAM Acre. Graduada em serviço social e pós graduada em psicologia e serviço social forense, latu senso. Trabalhadora do CDDHEP e Ponto focal do comitê estadual de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, atualmente Coordenadora geral do programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte - PPCAAM Acre.

Leonardo Lani – Superintendente do Trabalho no Acre do Ministério do Trabalho e Emprego. Professor da Universidade Federal do Acre. Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2003) e em Direito pela Universidade Federal da Grande Dourados (2008). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006).

Kariny Costa – Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Brasília UnB (1993). É especialista em Saúde Mental pela Universidade Federal do Acre - UFAC (2006). Possui Especialização em Violência Doméstica contra Criança pela Universidade de São Paulo USP (2003). É psicóloga da Secretaria de Estado de Saúde do Acre SESACRE (1996-atual) e do Tribunal de Justiça do Estado do Acre - TJAC (1996-atual). Atuou como psicóloga na escola especial para surdos CEADA, da Secretaria de Estado de Educação do Acre SEE (1998-2004). Foi docente do curso de Psicologia da União Educacional do Norte - UNINORTE (2007-2012) e dos cursos de Enfermagem e Pedagogia da Universidade Federal do Acre UFAC (2002-2003). Na área da saúde tem experiência em Saúde Mental e Práticas Integrativas e Complementares PICS, com ênfase em gestão de políticas públicas de saúde; na área judiciária sua vivência é no âmbito da infância e da juventude com foco em medidas protetivas, medidas socioeducativas e depoimento especial. Atualmente desempenha suas atividades como coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da Fundação Hospital Estadual do Acre - FUNDHACRE e como psicóloga da 1 Vara da Infância e da Juventude - TJAC.

Rafaela Chagas Pereira - Enfermeira, Mestre em Enfermagem e Assistencial pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Núcleo de Populações Prioritárias e Vulneráveis, do Departamento de Atenção Primária - DAPS e do Comitê de Equidade em Saúde na Secretaria de Estado de Saúde do Acre (SESACRE). Membro do Grupo de Trabalho da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI).

Zilmar Candida da Silva - Formação em Educação Permanente pela Escola Nacional de Saúde Pública –FioCruz. Assessora Técnica do Núcleo da Diversidade e Equidade em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Acre (SESACRE).

1.10 programação:

Data	Horário	Atividade	Responsável
18 de novembro de 2024	7h30	Credenciamento	
	8h	Mesa de Abertura	Autoridades Estado e Município (s)
	9h	Apresentação Cultural	Adolescentes (Instituto Socioeducativo do Acre)
	9h15	Assinatura do Termo de Cooperação entre o IEPTEC e a SEASDH para disponibilização de cursos profissionalizantes aos adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto no interior do Acre.	Autoridades Estado e Município (s)

	9h30	1º Painel - A interface entre o Conselho Nacional de Justiça, Assistência Social e o SINASE para a execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto e fechado.	Dr. Edinaldo Junior Ana Carla Costa Rocha Mayara Souza
	11h30	Debate	-
	12	Intervalo	-
	12h30	2º Painel - Juventude, Violência e Território: correlações e limites na ação socioeducativa.	Fábio Alexandre Costa de Farias Jone Clei Sousa Rodrigues Dulcinéia Silva
	13h30	Debate	-
	14h	Encerramento	-
19 de novembro de 2024	8h	3º Painel – A Profissionalização de adolescentes em conflito com a lei: avanços e desafios.	Leonardo Lani Kariny Costa
	9h30	Debate	-
	10h	4º Painel – Construindo Igualdade: Gênero, Raça e Diversidade.	Rafaela Chagas Pereira Zilmar Candida da Silva
	11h	Debate	-
	11h30	Intervalo	-
	12h	Oficina: Plano Individual de Atendimento Socioeducativo: aspectos teóricos e práticos	Ana Carla Costa Rocha Mayara Souza
	14h	Encerramento	

1.11 Objetivo Geral: Este evento se propõe discutir e aprimorar as políticas e práticas relacionadas às medidas socioeducativas, promovendo um espaço de diálogo e troca de experiências entre os profissionais da área. A realização do seminário sobre medidas socioeducativas é crucial, pois oferece formação contínua e atualização para profissionais da área, promove a troca de experiências entre diferentes atores, dissemina boas práticas e fortalece redes de colaboração entre instituições e a sociedade civil. Além disso, esses eventos sensibilizam a sociedade sobre a importância da reabilitação dos jovens, fomentam a reflexão crítica sobre os desafios do sistema, influenciam a formulação de políticas públicas mais eficazes, garantem a proteção dos direitos humanos e contribuem para a prevenção da reincidência, ao mesmo tempo que estimulam a pesquisa e a inovação em abordagens que atendam às necessidades dos jovens em conflito com a lei.

2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1. **Público-Alvo:** Magistrados(as), assessores(as), servidores(as) do Poder Judiciário do Acre, operadores(as) do direito e servidores(as) de instituições que atuam no sistema SocioEducativo.

2.2. **Número de Vagas:** 150 (cento e cinquenta).

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. No período de 05 a 13 de novembro de 2024 estarão abertas as inscrições para o seminário: **I Seminário Estadual de Medidas Socioeducativas do Acre.**

3.2. A inscrição será realizada no Sistema EmeronWeb, diretamente no link <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml>. Ao se inscrever, o(a) interessado(a) deverá escolher os dias nos quais pretende participar:

Dia 18 de novembro:(6h)

- 1º Painel - A interface entre o Conselho Nacional de Justiça, Assistência Social e o SINASE para a execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto e fechado;
- 2º Painel - Juventude, Violência e Território: correlações e limites na ação socioeducativa.

Dia 19 de novembro: (6h)

- 3º Painel – A Profissionalização de adolescentes em conflito com a lei: avanços e desafios;
- 4º Painel - Construindo Igualdade: Gênero, Raça e Diversidade;
- Oficina: Plano Individual de Atendimento Socioeducativo: aspectos teóricos e práticos.

3.3. Para receber a confirmação da inscrição, o(a) participante deverá informar um número de *WhatsApp* no momento da inscrição no Sistema EmeronWeb.

3.4. A Gerência da Administração de Ensino – GEADE fará o controle de frequência dos(as) alunos(as) mediante registro de presença no próprio sistema.

3.5. Ao final da ação educacional, a Gerência da Administração de Ensino – GEADE fará os devidos registros no Sistema para a certificação do(a) aluno(a).

4. DA AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

4.1. Terá direito ao certificado de participação no seminário o(a) aluno(a) que obtiver a carga horária de 75% (setenta e cinco por cento) das atividades.

4.2. O(a) concludente obterá o certificado no Sistema EmeronWeb, na área do(a) aluno(a), acessando o *link* <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml>.

4.3. Para efeito de certificação serão considerados(as) os(as) participantes que efetuarem o cadastro e inscrição no Sistema EmeronWeb e obtiverem frequência mínima descrita no item 4.1.

5. DA ESTIMATIVA DE GASTOS PARA A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO

5.1. Todos(as) os(as) palestrantes atuarão como voluntários(as), não tendo custos com palestrantes.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O cancelamento de inscrição poderá ser feito pelo participante até 48 (quarenta e oito) horas antes da data do início da ação educacional, mediante envio dessa solicitação ao *e-mail* da Gerência de Administração de Ensino – GEADE: geade@tjac.jus.br.

6.2. A Gerência de Administração de Ensino - GEADE será responsável pelo monitoramento da frequência do(a) aluno(a).

6.3. Eventuais omissões verificadas neste Edital serão sanadas pela Direção da Escola do Poder Judiciário do Acre – ESJUD.

Cronograma

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ETAPA
6 de novembro de 2024.	8h	https://esjud.tjac.jus.br	Publicação do Edital.
06/11 a 13/11 de 2024.	—	https://esjud.tjac.jus.br	Período de divulgação e inscrições.

18 de novembro de 2024.	7h30 às 14h30min	Palácio da Justiça	<p style="text-align: center;">Seminário: I Seminário Estadual de Medidas Socioeducativas do Acre</p> <ul style="list-style-type: none">- 1º Painel - A interface entre o Conselho Nacional de Justiça, Assistência Social e o SINASE para a execução das Medidas Socioeducativas em meio aberto e fechado;- 2º Painel - Juventude, Violência e Território: correlações e limites na ação socioeducativa.
19 de novembro de 2024.	8h às 14h	Palácio da Justiça	<p style="text-align: center;">Seminário: I Seminário Estadual de Medidas Socioeducativas do Acre</p> <ul style="list-style-type: none">- 3º Painel – A Profissionalização de adolescentes em conflito com a lei: avanços e desafios;- 4º Painel - Construindo Igualdade: Gênero, Raça e Diversidade;- Oficina: Plano Individual de Atendimento Socioeducativo: aspectos teóricos e práticos.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador ROBERTO BARROS dos Santos, Diretor, em exercício**, em 08/11/2024, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **1943944** e o código CRC **07F0D8A7**.